

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Claudia Oliveira Moura<sup>1</sup>  
Janaína Dias Godinho<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo objetivou analisar e sintetizar o panorama teórico-conceitual acerca da importância da Educação Ambiental na Educação Infantil. A pesquisa adotou a metodologia de Revisão Bibliográfica utilizando a combinação de descritores em português e inglês. Foram selecionados artigos, dissertações e teses publicados nos últimos dez anos (2015-2025) que apresentassem relevância direta com a temática central. A análise da literatura demonstrou que a inserção da EA na Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento holístico, promovendo o despertar da curiosidade inata e a formação da conexão com a natureza e adoção de hábitos sustentáveis.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental; Educação Infantil; Sustentabilidade.

### THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD

#### ABSTRACT

This study aimed to analyze and synthesize the theoretical and conceptual landscape regarding the importance of Environmental Education in Early Childhood Education. The research adopted a Bibliographic Review methodology using a combination of descriptors in Portuguese and English. Articles, dissertations, and theses published in the last ten years (2015-2025) that were directly relevant to the central theme were selected. The literature review showed that the inclusion of EE in Early Childhood Education is crucial for holistic development, promoting the awakening of innate curiosity and the formation of a connection with nature and the adoption of sustainable habits.

**Keywords:** Environmental Education; Early Childhood Education; Sustainability.

### LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA PRIMERA INFANCIA

#### RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo analizar y sintetizar el panorama teórico-conceptual sobre la importancia de la Educación Ambiental (EA) en la Educación Infantil. La investigación adoptó la metodología de Revisión Bibliográfica, utilizando una combinación de descriptores en portugués y en inglés. Se seleccionaron artículos, disertaciones y tesis publicados en los últimos diez años (2015–2025) que demostraran relevancia directa con la temática central. El análisis de la literatura demostró que la inclusión de la EA en la Educación Infantil es crucial para el desarrollo holístico, promoviendo el despertar de la curiosidad innata, fomentando una conexión

<sup>1</sup> Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil – Ulbra

<sup>2</sup> Doutora em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil – Ulbra

con la naturaleza y alentando la adopción de hábitos sostenibles.

**Palabras Clave:** Educación Ambiental. Educación Infantil. Sostenibilidad.

## INTRODUÇÃO

Compreende-se a Educação Infantil como a primeira e mais relevante etapa da jornada escolar, com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, onde são formadas as raízes para o desenvolvimento, segundo Marques e Sperb (2013), integral dos alunos e possibilitando o desenvolvimento de valores humanos, o desenvolvimento de práticas sociais, culturais, cognitivas e de respeito a sociedade.

Assim, a Educação Infantil lança os alicerces para a formação integral do indivíduo, exigindo que seu processo pedagógico seja enriquecido com temas pertinentes à vida em sociedade, visando formar cidadãos críticos, conscientes, prontos a questionar e a contribuir ativamente para a comunidade.

Nessa esteira, um dos temas de maior relevância e urgência que se destaca é a Educação Ambiental. Suas contribuições afloram a consciência ecológica e a formação de hábitos sustentáveis, conduzindo as crianças para a tomada de consciência sobre a importância de preservar os recursos naturais e sobre a adoção de práticas responsáveis, como a economia de água e energia.

A Educação Ambiental, no contexto da primeira infância, não se limita à memorização de regras; ela estimula a biofilia (a conexão inata com a natureza) e atua no desenvolvimento da sensibilidade e da observação.

Ademais, a Educação Ambiental possui um caráter intrinsecamente transversal, pois integra conhecimentos e estimula o pensamento crítico a partir de áreas diversas do currículo (Ciências da Natureza, Geografia, Matemática, Arte), facilitando a resolução de problemas de maneira interconectada. A inserção da Educação Ambiental, portanto, é um pilar para o desenvolvimento holístico, garantindo que as crianças não apenas compreendam o ambiente, mas desenvolvam um senso de responsabilidade ética para com o planeta.

Diante da centralidade desse tema para a formação da cidadania e da sustentabilidade, e da necessidade de consolidar o arcabouço teórico que subsidia essa prática pedagógica, o presente estudo de revisão bibliográfica estabeleceu o seguinte objetivo: O objetivo geral do presente estudo é analisar e sintetizar o

panorama teórico-conceitual acerca da importância da Educação Ambiental na Educação Infantil, identificando os principais enfoques pedagógicos e as contribuições da EA para o desenvolvimento holístico das crianças.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Ambiental, embora nem sempre mencionada de forma explícita, teve sua trajetória de inclusão na Educação Infantil e no sistema educacional brasileiro balizada por importantes marcos legais. O ponto de partida é a Constituição Federal Brasileira (1988), que trouxe a primeira indicação da necessidade de instituir a EA em todos os níveis de ensino.

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Infantil. Embora não abordasse a EA diretamente, o documento sinalizava sua relevância ao estabelecer, entre suas diretrizes, a necessidade de "promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade".

A Lei nº 9.394/1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), também não fazia menção específica ao ensino da EA. Contudo, ela evidenciava a dimensão ambiental na educação escolar na sua amplitude dos processos formativos do cidadão, ao introduzir novos temas e considerar as inter-relações decorrentes dos processos sociais, culturais e ambientais. Desse modo, a LDB permitiu a inserção da EA no currículo de forma transversal. Como a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tornou-se imprescindível que a EA fosse contemplada desde o seu início (Czekalski; Uhmman, 2022).

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foram essenciais para formalizar a Educação Ambiental. Em 2006, a Lei nº 11.274/2006 alterou a LDB para que a EA passasse a ser considerada necessária para a formação básica do cidadão. Posteriormente, em 2012, a Lei nº 12.608/2012 incluiu, no Artigo 26, Parágrafo 7º da LDB, a determinação de que a EA deveria constar nos currículos da educação básica de maneira integrada aos conteúdos obrigatórios.

Em 1998, em resposta às determinações da LDB, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este documento técnico e acadêmico contribuiu para a prática profissional na Educação Infantil. Nele,

o meio ambiente é abordado no volume Conhecimento de Mundo e no eixo Natureza e Sociedade, buscando trabalhar o meio ambiente e a sociedade de forma integrada e inserindo temas referentes aos mundos natural e social.

O marco legal mais direto veio com a Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei caracteriza a Educação Ambiental como um dos meios para que o indivíduo e a comunidade construam valores sociais, habilidades e atitudes voltadas à conservação do meio ambiente (Pedro; Hayashi, 2024).

A PNEA estabeleceu normas para o ensino formal e não formal, tanto em instituições públicas quanto privadas, e defendeu a interdisciplinaridade, salientando que a Educação Ambiental não deve ser implementada como uma disciplina isolada. A lei impulsionou a Educação Ambiental no País, mas só foi regulamentada em 2002, o que reflete as oscilações do tema no cenário político (Pedro; Hayashi, 2024).

A regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) em 2009 (publicadas em 2010) trouxe uma nova perspectiva para a Educação Ambiental na Educação Infantil. Embora o documento não utilize explicitamente o termo "Educação Ambiental", sua essência pode ser percebida nos princípios do Artigo 6º, que incluem o respeito ético, político e estético ao meio ambiente.

Embora os marcos legais desempenhem um papel de relevância na institucionalização da Educação Ambiental, sua emergência não pode ser compreendida apenas como resultado de normativas educacionais – isso porque, a educação ambiental deve ser compreendida como uma prática historicamente produzida, que se consolida como resposta às transformações sociais e às contradições da relação entre sociedade e natureza.

Nesse sentido, a Educação Ambiental expressa demandas formativas que emergem do próprio desenvolvimento histórico da vida social, exigindo da escola a mediação consciente entre a criança e um mundo marcado por tensões socioambientais cada vez mais complexas.

Na perspectiva da psicologia histórico-cultural, a mediação não se restringe a uma função pedagógica, mas constitui-se como princípio central do desenvolvimento humano.

Conforme Vygotsky (2008), a criança não se relaciona de forma direta com

o mundo, mas por meio de signos, linguagens e práticas socialmente construídas. Assim, ao organizar experiências de Educação Ambiental, o professor atua como mediador dos sentidos atribuídos à natureza, possibilitando que as interações concretas com o ambiente se convertam em processos de significação, internalização e formação da consciência.

A preocupação com práticas pedagógicas que ampliem o contato e valorizem as vivências das crianças com o meio ambiente é evidente, especialmente considerando que "as crianças nascem e vivem em um contexto integrante à natureza, desde muito cedo deparam-se com situações decorrentes da intervenção inadequada do homem com o meio ambiente". É vital respeitar os sujeitos em sua totalidade para ampliar seus olhares para o mundo.

A Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental (DCNEA, 2012) reforçou a implementação da Educação Ambiental em todos os níveis e a abordagem interdisciplinar, sendo um marco para o campo ao tratar de ética ambiental e formação humana. Apesar da longa jornada, a Educação Ambiental nas escolas frequentemente se limita à abordagem naturalista (vivência na e com a natureza), o que pode ser insuficiente. No entanto, é precipitado afirmar que apenas a corrente crítica da Educação Ambiental é o caminho para sua consolidação na Educação Infantil.

Nesse contexto, o educador não é apenas um transmissor de conhecimento, mas sim um mediador que estimula a curiosidade inata dos alunos, fomenta sua interação com o meio (objetos e pessoas) e os incentiva a explorar, questionar e formular hipóteses. Esse processo é vital para o desenvolvimento cognitivo e, ao mesmo tempo, estabelece as bases para a introdução da Educação Ambiental de forma impactante desde cedo (Santos; Carvalho, 2023).

A educação na primeira infância possui vasto potencial e requer que os educadores ofereçam experiências ricas e diversificadas sem separar ou priorizar o educar em detrimento do cuidar, ou vice-versa. O cuidado está intrinsecamente ligado ao processo educativo, pois ambos se concentram no desenvolvimento da criança em suas dimensões pessoal, social e cultural. Assim, a Educação Infantil é um meio para formar indivíduos ativos que contribuem para a cultura (Santos; Carvalho, 2023).

O cuidado é um pilar nas relações humanas e exige que os educadores sejam receptivos, sensíveis e atentos às necessidades infantis. Essa compreensão holística e integrada do cuidado transcende as ações básicas (como limpeza e

alimentação) e se traduz numa produção ativa do humano, influenciando o corpo e a relação da criança com o mundo. Portanto, o cuidado é um componente essencial da humanização e está profundamente integrado ao processo educativo (Santos; Carvalho, 2023).

Freitas e Marin (2019) destacam a Educação Infantil como um período fundamental para a iniciação das crianças na Educação Ambiental. Creches e pré-escolas são locais ideais para o surgimento das primeiras impressões, sensações e sentimentos ligados ao meio ambiente. É fundamental, portanto, que esses espaços promovam atividades e vivências focadas em questões ambientais, incentivando a aquisição de hábitos e valores sustentáveis desde a tenra idade.

Para isso, é necessário superar a visão limitada que restringe a Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Uma transformação curricular e metodológica que valorize a Educação Ambiental na primeira infância é indispensável. Essa mudança é a base para construir uma sólida consciência ambiental nas crianças, formando cidadãos responsáveis e engajados com as questões ambientais desde os primeiros anos de vida (Freitas; Marin, 2019).

Antoniassi e Walker (2023) reforçam que a Educação Ambiental na primeira infância é um período decisivo para a formação da consciência ecológica. Atividades lúdicas e a livre exploração do ambiente permitem que as crianças estabeleçam uma relação singular com o mundo e, progressivamente, construam uma consciência crítica em relação ao meio ambiente.

Os educadores enfrentam o desafio de guiar as crianças em um mundo complexo, onde a educação deve promover o desenvolvimento humano integral e as mais elevadas qualidades humanas. Essa tarefa exige que a Educação Ambiental na educação infantil seja tratada de forma crítica, superando visões conservacionistas ou pragmáticas que podem se mostrar insuficientes para um desenvolvimento pleno e consciente (Santos; Carvalho, 2023).

Nessa perspectiva crítica, a Educação Ambiental busca ressignificar o cuidado como um valor ético-político central, estendendo-o não apenas à natureza, mas também ao outro. Essa reorientação enfatiza uma ética ambiental que deve orientar decisões sociais e estilos de vida, tanto no âmbito coletivo quanto no individual.

Diante disso, tem-se uma abordagem filosófica e epistemológica que

emerge como uma crítica radical ao paradigma de simplificação, ou paradigma cartesiano, que dominou o pensamento ocidental. O conceito central de complexidade não se refere ao que é meramente complicado, mas sim ao que é "tecido em conjunto" (*complexus* em latim), ou seja, a realidade como um tecido de constituintes heterogêneos, eventos, ações, interações, retroações, determinações e acasos que estão inseparavelmente associados.

Trata-se de um pensamento organizador que é capaz de separar e, ao mesmo tempo, religar os saberes, reconhecendo a incerteza, a ambiguidade e a multidimensionalidade dos fenômenos. O Pensamento Complexo não é apenas uma teoria sobre o conhecimento; ele possui profundas implicações éticas e pedagógicas, sendo fundamental para a reforma da educação.

Nesse interim, a Teoria da Complexidade é um caminho (método) para repensar o nosso lugar no universo e a nossa forma de conhecer, isso porque, seu uso não se dá como substituição de abordagens histórico-críticas, mas como um apoio à compreensão da multidimensionalidade dos fenômenos socioambientais, especialmente no campo pedagógico. Essa aproximação exige, contudo, cuidado teórico, de modo a preservar a centralidade da formação humana e da historicidade dos processos educativos.

Ela desafia a simplificação excessiva e convoca o indivíduo a articular o conhecimento fragmentado e a encarar o mundo como um sistema orgânico, interconectado e em constante (auto)organização, onde a incerteza e o paradoxo são elementos constitutivos da própria realidade. Dessa forma, é essencial que a Educação Ambiental seja introduzida cedo e de maneira integrada, promovendo uma educação que mantenha um diálogo constante com os aspectos sociais, políticos e culturais (Antoniassi; Walker, 2023).

Assim, o planejamento cuidadoso dos docentes deve abranger não só as interações diretas, mas também a organização do espaço, do tempo e dos recursos. Essa estrutura deve ser estrategicamente pensada para catalisar oportunidades ricas de exploração e descoberta, incentivando a interação das crianças entre si, com o ambiente e com os materiais. Tal organização é importante, pois fomenta o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, pavimentando o caminho para aprendizagens críticas e significativas (Luccas; Bonotto, 2020).

A construção de uma Educação Ambiental consciente nas escolas enfrenta

um grande obstáculo: a formação deficitária dos professores. Muitos docentes acabam abordando os temas ambientais de forma desconexa da realidade dos alunos, o que compromete o desenvolvimento do pensamento crítico nas crianças (Rodrigues; Saheb, 2019).

Embora a legislação educacional brasileira tenha evoluído, buscando reformular currículos e introduzir a temática ambiental na formação inicial (Tozonireis e Campos, 2014), há um consenso entre diversos autores (Martins e Schnetzler, 2018; Antoniassi e Walker, 2023; Ferreira, 2019; Santos e Carvalho, 2023) de que a Educação Ambiental crítica não é assumida de forma sistemática nos cursos de licenciatura.

Luccas e Bonotto (2020) enfatizam que os professores devem desafiar e expandir os conhecimentos prévios das crianças, introduzindo conceitos de maneira significativa e instigante. Para isso, é crucial a adoção de práticas pedagógicas que englobem a educação em valores. Esta não deve se limitar à formação moral, mas incluir a apreciação estética conectada ao meio ambiente, às artes, aos sentidos e às emoções.

A crise ambiental e de valores que o mundo enfrenta atualmente sinaliza a urgência de refletir sobre as ações cotidianas e as posturas adotadas perante a vida, a sociedade e o meio ambiente. Nesse sentido, a educação em valores emerge como uma ferramenta poderosa para instigar o respeito, a justiça e a alteridade desde os primeiros anos de vida (Luccas; Bonotto, 2020).

O professor deve ter a noção de que o cuidado na educação infantil é abrangente, transcendendo o bem-estar físico para alcançar o desenvolvimento emocional e social das crianças dentro do seu ambiente. Associar valores à mudança de hábitos e comportamentos, enfatizando a afetividade e o cuidado nas interações, é essencial para construir uma educação que visa a formação de seres humanos mais conscientes e cuidadosos (Luccas; Bonotto, 2020). Corroborando essa visão, Oliveira, Dorneli e Charczuk (2020) destacam que atividades que promovam a afetividade, o respeito mútuo e a apreciação das diferenças são cruciais para a construção de uma sociedade mais empática e sustentável.

Ressaltando a importância dos professores na construção de uma EA consciente e crítica, Luccas e Bonotto (2020, p. 10) propõem que a Educação Ambiental seja pautada em valores, contemplando de forma equilibrada e interligada



três dimensões essenciais. São elas:

Cognição, afetividade e ação: a) Cognição: trabalho reflexivo sobre as ideias, crenças, conhecimentos e sentimentos relativos ao objeto ao qual se atribui valor (seja um indivíduo, uma ideia, etc.), de forma a promover uma aproximação com relação aos significados construídos a seu respeito; b) Afetividade: trabalho de sensibilização e envolvimento, identificação e expressão dos sentimentos pessoais a seu respeito; de apreensão estética em relação a esse objeto; c) Ação: concretização de situações reais de envolvimento com o objeto valorado, buscando na complexidade das experiências vividas, a serem tanto apreciadas como refletidas, a sua materialização. O estabelecimento de um valor, em última instância, se revelará no plano da ação, como um hábito ou atitude coerentes com o que é valorado.

Para que as crianças desenvolvam um senso crítico e valores alinhados a uma sociedade mais igualitária e sustentável, é imprescindível que o professor aborde tais conceitos e práticas de maneira intencional. Essa abordagem deliberada e planejada é o que permitirá que os aprendizados se concretizem em ações e posturas efetivas por parte dos estudantes.

As crianças sensíveis a Educação Ambiental como consequência do que está sendo lhe ensinado são sujeitos participantes desde cedo, interagindo com o meio e tendo consciência do compromisso e responsabilidade para com o mesmo, sabendo o quão importante é o cuidado com o meio em que vivemos (Ferreira, 2019, p. 782).

Dessa forma, o papel do professor estende-se à função de modelo de práticas sustentáveis. Isso se deve ao fato de que os estudantes o têm como uma referência a ser seguida. A pesquisa de Ferreira (2019, p. 782) confirmou essa realidade, revelando que as crianças adquirem conhecimento sobre a Educação Ambiental (EA) a partir da observação atenta do seu contexto e de suas vivências familiares, absorvendo tudo o que as cerca.

Oliveira (2012, p. 51) reforça que as crianças são extremamente atentas a tudo que observam, "mesmo quando não intencionamos", buscando coerência entre o que é falado e o que é efetivamente feito. Dessa forma, quando a criança já está conscientizada sobre questões ambientais, ela não só observa a rotina diária como também se esforça para alterar o próprio comportamento.

Consequentemente, essa mudança de atitude por parte da criança acaba influenciando e conscientizando todos ao seu redor, desde a família até a comunidade

Oliveira (2012, p. 51):

Os professores são fonte inesgotável de modelos e, por isso mesmo, é tão importante explicitar às crianças a intenção que está por trás de cada atitude. Daí que para constituir hábitos de cuidado, de preservação e não desperdício dos recursos naturais, as crianças precisam encontrar no ambiente e nas atitudes dos professores [...].

Reconhecendo que a criança pequena está em um processo de desenvolvimento no qual a flexibilidade a mudanças é acentuada, o papel do educador se torna central na construção de uma Educação Ambiental crítica na Educação Infantil. Essa centralidade exige que a formação continuada dos docentes seja ampliada, oferecendo ferramentas pedagógicas e metodologias que articulem as atividades à realidade da comunidade e dos alunos, visando a transformação social (Alves; Simeão; Ramos, 2016).

Nesse sentido, Freitas e Marin (2019) destacam a imperativa necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que considerem o contexto da Educação Infantil e integrem a dimensão ambiental de forma transversal no currículo. Essa abordagem demanda uma reconfiguração dos espaços de aprendizagem, incentivando o contato direto com a natureza e a exploração do ambiente local. Tal imersão promove uma conexão mais profunda e significativa das crianças com o meio ambiente.

Para Ferreira (2019), a Educação Ambiental deve ter um caráter abrangente, superando a simples temática da natureza para se consolidar como parte integrante do meio social em que a criança está inserida. É fundamental que essa aprendizagem se volte para a compreensão de problemas locais como reflexo de uma realidade global, estimulando reflexões críticas sobre questões como consumo, gestão de resíduos sólidos e suas implicações para a sustentabilidade. As autoras também advertem contra a simplificação da EA a meros clichês, sublinhando a importância de abordagens que motivem a participação ativa e reflexiva dos indivíduos em níveis individual, social e global (Freitas; Marin, 2019).

Apesar do consenso teórico, Rodrigues e Saheb (2019) alertam que muitas escolas ainda abordam a Educação Ambiental sob uma perspectiva tradicional, priorizando aspectos teóricos e atividades pontuais que não possuem a dimensão prática e crítica. O recurso a materiais prontos e descontextualizados, segundo as autoras, dificulta a compreensão da realidade socioambiental. Portanto, é crucial que

a prática pedagógica emerge da prática social dos sujeitos escolares, uma vez que as crianças aprendem mais por meio de exemplos práticos e da observação coerente da conduta dos adultos do que por aulas meramente teóricas.

Para a Educação Ambiental ser efetiva e não apenas pontual, ela precisa estar integrada e transversal em todo o PPP, garantindo que o tema não seja tratado apenas como conteúdo isolado, mas como um princípio ético e social que permeia o cotidiano da criança.

A relação entre a criança e a preservação do meio ambiente tem relevância e pode promover um comportamento humanizado, a partir da abordagem do cuidar e zelar, além de desenvolver uma consciência ambiental e crítica (Tozoni-Reis; Campos, 2014).

Leontiev (1984) relata que o desenvolvimento de uma criança a partir do acesso à informação corrobora no seu aprendizado, sendo importante para as relações sociais, assim como na percepção de mundo, ou seja, aquilo que está ao seu redor, possibilitando também uma consciência crítica.

Na Educação Infantil (creche e pré-escola), a relação com a Educação Ambiental se dá por meio de experiências que articulam o cuidar, o educar e o brincar, buscando a formação de um sujeito ecologicamente crítico, consciente e de comportamento responsável sobre essa questão.

A partir das contribuições fundamentadas por Leontiev (idem), compreende-se que o desenvolvimento psíquico da criança é impulsionado pela atividade que organiza sua relação com a realidade em cada etapa da vida.

Na Educação Infantil, práticas como o brincar, o cuidar do ambiente e a exploração de elementos naturais não são apenas estratégias pedagógicas, mas atividades socialmente organizadas, orientadas por motivos, que transformam a relação da criança com o mundo. Nesse processo, a Educação Ambiental atua como espaço privilegiado de formação, pois articula ação, sentido e consciência em um mesmo movimento desenvolvimental.

A integração da Educação Ambiental (EA) no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil deve considerar múltiplos aspectos, começando pelos Princípios Éticos e Curriculares. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) exigem que o currículo promova ativamente a interação, o cuidado, a

preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, estabelecendo, assim, o respeito ao meio ambiente como um pilar obrigatório (Cardoso; Querol, 2020).

Adicionalmente, a formação de valores é essencial, pois a EA deve servir como um pilar para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas diretamente para a conservação, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito tanto ao bem comum quanto ao meio ambiente. No que tange às Práticas Pedagógicas Lúdicas, a EA se efetiva na prática por meio da interação com o meio ambiente e da experiência concreta.

Dessa forma, o PPP deve prever e planejar a exploração da natureza, com atividades no pátio, jardim ou horta da escola, permitindo que a criança observe e explore o ambiente natural com curiosidade. Deve também incluir hábitos de cuidado, como a inclusão de práticas diárias de separação de resíduos, uso consciente de água e energia, e o cuidado com plantas e animais (Mendes *et al.*, 2022).

Além disso, é importante que o próprio ambiente da escola seja um exemplo de sustentabilidade e cuidado (em termos de limpeza, ventilação e uso de materiais), conforme deve estar previsto no PPP. Por fim, o objetivo de cidadania e responsabilidade é iniciar o processo de formação de cidadãos que compreendam seu papel na biosfera e desenvolvam uma consciência socioambiental crítica de forma transformadora (Mendes *et al.*, 2022).

As práticas socioambientais são imprescindíveis para uma conscientização ambiental, onde as informações partem do contexto natural no qual Vygotsky (1998) reforça que a obtenção de conhecimento se materializa mediante a inserção do sujeito ao meio social.

Para a busca do conhecimento, Ferreira (2019) sugere o desenvolvimento de práticas lúdicas e ativas, como atividades em ambientes naturais, visitas a viveiros, tarefas de limpeza, separação de resíduos e exemplos práticos que extrapolem os limites da sala de aula.

É nessa linha que Rodrigues (2011, p. 178) enfatiza a necessidade de um planejamento prévio e participativo, contando com a colaboração das crianças e dos envolvidos no projeto pedagógico. Esse planejamento deve garantir um leque de atividades desafiadoras e problematizadoras, todas associadas a objetivos claros que busquem incentivar a descoberta, a criatividade e a construção ativa do

conhecimento pelas crianças.

A formação de valores socioambientais, nessa perspectiva, não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais ou de disposições morais espontâneas, visto que é um processo histórico e socialmente mediado, no qual a consciência se constitui a partir das práticas concretas vivenciadas pelas crianças.

A Educação Ambiental, ao integrar o currículo da Educação Infantil, participa da formação da consciência e da sensibilidade humanas, articulando cuidado, responsabilidade e pertencimento como dimensões indissociáveis do desenvolvimento.

Diante do exposto, verifica-se que as práticas pedagógicas de Educação Ambiental devem permear todo o currículo escolar, alinhadas à teoria da complexidade e pautadas na interdisciplinaridade. Essa abordagem exige coerência entre os diálogos sobre temas transversais, a conduta e os exemplos práticos dos professores, e o engajamento de toda a estrutura escolar nas atividades cotidianas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo, conduzido por meio de uma Revisão Bibliográfica, cumpriu integralmente seu objetivo geral ao analisar e sintetizar o panorama teórico-conceitual acerca da importância da Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil.

A síntese dos dados demonstrou que a inserção da Educação Ambiental nessa primeira etapa da jornada escolar transcende a mera transmissão de informações sobre a natureza; ela se configura, sobretudo, como um pilar essencial para o desenvolvimento holístico da criança, fundamentando a formação do cidadão crítico e ecologicamente consciente.

Os resultados evidenciaram que a Educação Ambiental na Educação Infantil atua em frentes cruciais, promovendo o despertar da curiosidade inata e a conexão profunda com o meio ambiente, o "chão que se pisa a vida inteira", o que estimula o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e ético.

A análise reforçou a ideia de que a EA requer uma abordagem transversal e com caráter abrangente, superando as atividades pontuais e teóricas para abordar a complexidade das questões socioambientais globais e locais, como o consumo e a

gestão de resíduos. Essa perspectiva exige a reconfiguração dos espaços de aprendizagem, incentivando o contato direto com a natureza e a exploração do ambiente local como fontes primárias de conhecimento.

Nesse cenário, o estudo sublinhou o protagonismo docente e a necessidade inegável da formação continuada dos professores, capacitando-os a mediar a aprendizagem e a desenvolver práticas pedagógicas lúdicas, desafiadoras e problematizadoras, que emergem da realidade social dos sujeitos escolares, em detrimento do uso de materiais prontos e descontextualizados. A flexibilidade e a plasticidade da criança na primeira infância a tornam o agente ideal para a internalização de valores de sustentabilidade e responsabilidade ética.

Em conclusão, a Educação Ambiental, quando pautada em uma perspectiva crítica, complexa e interdisciplinar, é a semente para a transformação social almejada. O sucesso dessa proposta, contudo, depende da superação de desafios estruturais e conceituais, como a infraestrutura inadequada e a persistência de abordagens tradicionais que simplificam o tema.

Espera-se que esta pesquisa sirva como subsídio teórico para pesquisadores, gestores educacionais e, principalmente, para os docentes, estimulando-os a adotar recursos e metodologias que desenvolvam aulas mais criativas e motivadoras. Para a continuidade dos estudos na área, sugere-se que futuras investigações abranjam a percepção dos alunos durante as práticas de Educação Ambiental e que sejam conduzidas avaliações de impacto longitudinal para aferir os reais benefícios de longo prazo das aulas que privilegiam o contato direto com a natureza.

## REFERÊNCIAS

ANTONIASSI, G.; WALKER, M. A educação infantil e a educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável. **Revista Foco**, Curitiba, PR, v. 16, n. 1, e806, p. 01-24, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://revistas.editorafoco.com.br/foco/article/view/806>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ALVES, D.; SIMEÃO, E.; RAMOS, M. Educação ambiental na educação infantil: como e porque sua abordagem com crianças nessa faixa escolar. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, SP, v. 13, n. Especial, p. 262-267, jul.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1785>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CARDOSO, Paula Ernestina Leal de Oliveira. Educação ambiental: análise dos projetos políticopedagógicos de escolas do ensino fundamental, na fronteira oeste do RS. **Rev. Educ., Cult. Soc.** Sinop/MT/Brasil, v. 10, n. 3, p.137-153, Ed. Especial 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/dpd,+Art+44+pronto.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CZEKALSKI, Riceli Gomes; UHMANN, Rosângela Inês Matos. As concepções de educação ambiental no panorama das publicações sobre recursos midiáticos: uma revisão bibliográfica. **Rev. Ciência. Tecnol.** Bogotá, n. 52, pág. 137-152, dezembro de 2022. Disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-38142022000200137&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-38142022000200137&lng=en&nrm=iso). acesso em 15 de novembro de 2025. Epub 30 de janeiro de 2023. <https://doi.org/10.17227/ted.num52-13309>.

FREITAS, N.; MARIN, F. Educação ambiental, consumo e resíduos sólidos: as concepções de professoras de educação infantil. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, SP, v. 17, n. 3, p. 13-25, jan.-dez. 2020. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3340>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PEDRO, Alessandro Medeiros; HAYASHI, Carmino. Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA): agricultura e sustentabilidade sociambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 85–97, 2024. DOI: 10.34024/revbea.2024.v9.15577. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15577>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LEONTIEV, Alexis N. Uma Contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. In. VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Aléxis N. **linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. (Trad. Maria da Pena Villalobos). 11ª ed. São Paulo: ícone, 2010. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: 16 dez, 2025.

MARQUES, F. M.; SPERB, T. M. A escola de educação infantil na perspectiva das crianças. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. [S.l.], v. 26, n. 2, p. 414–421, 2013.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/J5NzsgD4smGTxvxThGyhpXp/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 13 nov 2025.

MENDES, Rita de Cássia da Silva. Et al. A educação ambiental na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 1312–1321, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i9.7096. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7096>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANTOS, E.; CARVALHO, M. A educação ambiental desenvolvida nas escolas de educação infantil do município de Rio Claro-SP. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 33, n. 66, e16, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/16692>. Acesso em: 11 nov. 2025.

TOZONI-REIS, M. F. DE C; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, n. spe3, p. 145–162, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cfc9PgJjwsyVc7wMkw4bJSz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2025.

VYGOSTKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.